

Editorial – Número Especial: Estudos e pesquisas em Currículos e Educação Matemática

Editorial – Special Issue: Studies and research in Curriculum and Mathematics Education

Editorial – Número Especial: Estudios e investigaciones en Currículos y Educación Matemática

Éditorial – Numéro spécial : Études et recherches sur les programmes d'études et l'Curriculum des Mathématiques

Clarissa de Assis Olgin¹
Universidade Luterana do Brasil
Doutora em Ensino de Ciências e Matemática
<https://orcid.org/0000-0001-5560-9276>

Gilberto Januario²
Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor em Educação Matemática
<https://orcid.org/0000-0003-0024-2096>

A presente edição temática da *Educação Matemática Pesquisa* (EMP), em conjunto com o Grupo de Trabalho 3: Currículo e Educação Matemática, da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), reúne estudos que discutem o currículo em Matemática a partir de múltiplas escalas de análise — políticas, epistêmicas, pedagógicas, discursivas e socioculturais —, evidenciando que o currículo é lugar de disputa, lugar de poder e lugar de produção de sentidos.

O currículo, quando pensado no campo da Educação Matemática, não pode ser reduzido a uma listagem de conteúdos, a um plano de curso ou a um artefato normativo de distribuição de temas por ano e por etapa. Como afirmam Moreira e Tadeu (2013), o currículo é expressão e produção de cultura escolar — não apenas um veículo para transmissão de conteúdos, mas uma forma de construir modos de ver, classificar e significar o mundo. Essa compreensão rompe com uma leitura tecnicista e convoca a reconhecê-lo como produção social e cultural, historicamente situada, permeada por relações de poder e politicamente implicada: toda escolha curricular é sempre uma escolha de mundo.

¹ clarissa_olgin@yahoo.com.br

² gilberto.januario@unimontes.br

A emergência dos estudos curriculares no século XX coincide com transformações profundas do capitalismo industrial, da urbanização e da constituição das ciências humanas como campo profissional. Apple (2006) evidencia que a escola moderna se constituiu como mecanismo de controle cultural, produtor de formas de conhecimento socialmente legitimadas e, por isso, o currículo opera como tecnologia de hegemonia: ele não apenas organiza o ensino, mas regula significados, seleciona saberes, define normalidades e estabelece regimes de verdade.

Por isso, discutir currículo implica discutir cultura e poder. Como Sacristán (2000) argumenta, currículo é parte da cultura que se institucionaliza — ao mesmo tempo em que é condicionado por ela. O currículo seleciona conhecimentos, modos de pensar e modos de existir que serão legitimados como desejáveis. Assim, currículo é sempre luta: luta por sentidos, por visibilidade, por reconhecimento e por autorização; luta por aquilo que será considerado conhecimento escolar; luta pela forma escolar de existência da Matemática.

Lopes e Macedo (2011) reforçam que essas disputas são constitutivas do próprio campo dos estudos de currículo: não existe definição neutra de currículo, mas tensões, negociações e deslocamentos que configuram o que se pode ensinar e aprender em cada tempo histórico. Quando se desloca esse debate para a Educação Matemática, essa dimensão se intensifica. A Matemática historicamente foi tratada como campo universal, objetivo e neutro que tende a ocultar a dimensão política de sua seleção escolar. Discutir currículo em Educação Matemática significa, portanto, explicitar que escolhas matemáticas são atravessadas por interesses culturais, ideológicos, raciais, de gênero, de classe, de território e de linguagem — e, nesse sentido, são escolhas de mundo.

É nesse lugar — que compreende o currículo como dispositivo sociopolítico e cultural — que esta edição temática se insere. Os artigos reunidos no número especial evidenciam que debates curriculares atravessam políticas e prescrições, práticas e negociações docentes, materiais e discursos, formação inicial e continuada, acessibilidade e justiça curricular. São pesquisas que iluminam disputas reais e contemporâneas sobre o conhecimento matemático escolar e sobre os modos de ensinar e aprender Matemática em diferentes contextos, redes e culturas escolares.

Assim, esta edição organiza-se em quatro sessões temáticas que, mais do que organizar artigos por aproximação, expressam recortes analíticos que evidenciam as principais frentes de investigação presentes no conjunto dos trabalhos da edição temática.

A primeira sessão — *Políticas, documentos e materiais curriculares em Educação Matemática* — reúne pesquisas que analisam políticas curriculares, prescrições e documentos

normativos, bem como as consequências de como tais materiais formalizam, orientam e modelam sentidos para o currículo.

Abrindo esta sessão, o primeiro artigo *Enunciados que permeiam a elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCE-PR)*, de Edicléia Xavier da Costa, Lucas Martini e Elenilton Vieira Godoy, examina enunciados considerados centrais nas narrativas sobre a elaboração e implementação das DCE-PR, evidenciando como tendências metodológicas e concepções sobre Matemática, professor e estudante operaram na constituição das políticas curriculares do estado.

Na sequência, o segundo artigo, *ES Carácter transversal de la argumentación en el currículum de Matemáticas*, de Aitzol Lasa e Jaione Abaurrea, discute a presença da argumentação como objeto transversal no currículo de Matemática do Ensino Secundário espanhol, analisando propostas de situações de aprendizagem desenvolvidas com professores em formação inicial e as dimensões de idoneidade didática evidenciadas nas argumentações presentes nessas situações.

O terceiro artigo, *Articulando Combinatória e Probabilidade — modelando o currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental*, de Ewellen Tenorio de Lima e Rute Borba, apresenta a construção de um material didático estruturado em blocos de problemas articulados para o desenvolvimento de raciocínios combinatório e probabilístico nos Anos Finais do Ensino Fundamental, fundamentado na Teoria dos Campos Conceituais, a partir de análises de documentos curriculares e de livros didáticos.

Em continuidade, o quarto artigo, *Uma abordagem a partir da dimensão curricular da Álgebra Vetorial*, de Jany Santos Souza Goulart, Saddo Ag Almouloud e Claudiano Goulart, investiga como os documentos oficiais e as aulas de cursos de Licenciatura em Matemática lidam com a abordagem vetorial, em uma perspectiva da Teoria Antropológica do Didático, revelando descompassos entre o que é prescrito e o que é efetivamente ensinado.

Encerrando esta sessão, o quinto artigo, *Materiais curriculares como gênero discursivo em Educação Matemática*, de Gilberto Januario, Ana Paula Perovano e Katia Lima, propõe uma análise teórico-metodológica que caracteriza e discute materiais curriculares como gêneros discursivos, destacando que o modo como conteúdos são apresentados nesses materiais modela modos de dizer, de endereçar e de responder pedagogicamente.

Na sequência do debate sobre documentos curriculares e prescrições, a segunda sessão — *Tensões e disputas no currículo vivido / prática docente na Educação Matemática* — concentra artigos que examinam as contradições entre o prescrito e o vivido, tensionando como professores interpretam, negociam e transformam o currículo no cotidiano das práticas,

explicitando que a implementação não é mecânica, mas atravessada por escolhas, contextos e disputas.

A sessão tem início com o sexto artigo, *A influência do ambiente profissional sobre o poder de ação de professores de Matemática no uso do livro didático*, de Ayla Carvalho e Rúbia Amaral, que discute como o contexto do Novo Ensino Médio modela possibilidades e limitações no uso do livro didático (LD), mostrando que, apesar das pressões das políticas e das avaliações externas, que tendem a tornar os LD obsoletos, professores ainda reafirmam seu poder de ação ao recorrer a esses materiais quando os consideram relevantes para o desenvolvimento curricular.

Ainda nesta sessão, o sétimo artigo “*Mas tem outro jeito de fazer, né?*”: *documentos curriculares e prática docente no contexto das escolas do campo*, de Damares Cristina Fatima Silva e Carla Pompeu, analisa narrativas de professores do Campo, evidenciando que a proposta curricular prescrita e o Projeto Político-Pedagógico pouco dialogam com as práticas sociais camponesas, e que os professores buscam alternativas para aproximar o currículo prescrito da realidade vivida pelos estudantes.

O oitavo artigo da sessão, *Desafios na implementação da BNCC em Matemática: percepções docentes e o papel da Formação Continuada*, de Sheila Gilsiane Mühl, Eduardo Vinicius Costa e Clarissa de Assis Olgin, apresenta resultados de pesquisa com professoras dos Anos Iniciais e evidencia que a implementação da Base Nacional Comum Curricular não é linear, sendo atravessada por dúvidas e tensões que reforçam o papel da formação continuada como espaço de ressignificação curricular.

Por fim, nesta sessão, o nono artigo referente ao ensaio “*O que a Matemática tem a ver com isso?*”: *Apontamentos contra a injustiça curricular do Direito à Justificação*, de Flavio Augusto Leite Taveira e Deise Aparecida Peralta, problematiza, com base em Forst e Habermas, processos de injustiça curricular na Educação Matemática, chamando atenção para obstáculos conceituais que comprometem a emancipação e a legitimidade dos processos formativos.

A terceira sessão — *Currículo, Sujeitos, Poder e Justiça Curricular* — desloca o foco da prática docente, destacando investigações que analisam as relações entre currículo, identidades e relações de poder, tomando gênero, deficiência, raça e neutralidade matemática como eixos que evidenciam que não existe currículo neutro.

No início desta sessão tem-se o décimo artigo *A Insurreição Silenciada: gênero, campo e poder nos livros didáticos de Matemática*, de Danusa Nunes de Menezes e Marcio Antonio Silva, que analisa coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2020 e evidencia a predominância de representações masculinas e o sistemático apagamento

da mulher no contexto rural, mostrando como livros didáticos funcionam como tecnologias de gênero.

Em seguida, o décimo primeiro artigo *Processos de (in)visibilização e construção de normalidades: relações de poder e constituição de pessoas com deficiência em livros didáticos de Matemática*, de José Wilson dos Santos e Tatiane da Silva Alves, analisa, sob perspectiva foucaultiana, como livros didáticos produzem representações restritas de deficiência, reforçando normalizações e invisibilizando diversidades.

Concluindo esta sessão, o décimo segundo artigo *Não há neutralidade: que Matemática é essa que utilizamos?*, de Thays Alves Oliveira, Daniele Costa Silva e Vanessa Neto, problematiza, em uma discussão teórica crítica, o caráter imperialista da Matemática, a partir de narrativas de professoras negras, desnaturalizando sentidos e evidenciando a necessidade de imaginar outras matemáticas e outros currículos possíveis.

Encerrando a edição, a quarta sessão — *Formação de professores, tarefas e acessibilidade curricular na Educação Matemática* — focaliza as discussões envolvendo o currículo na formação docente, analisando a constituição de tarefas matemáticas, os usos que futuros professores fazem delas e os desafios de construção de acessibilidade curricular, destacando o potencial do Desenho Universal para Aprendizagem como orientação para práticas inclusivas.

A abertura desta sessão é com o décimo terceiro artigo *Matemática(s) em cursos presenciais de Pedagogia de Minas Gerais*, de Rejane Siqueira Julio e Vanessa Nogueira Oliveira, que analisa os Projetos Pedagógicos de cursos de Pedagogia desse estado, evidenciando baixa carga horária dedicada à Matemática e a permanência de concepções restritas sobre o que é *Matemática* no currículo de formação de pedagogos.

Em seguida, o décimo quarto artigo *Transformação de tarefas matemáticas: da formação do professor à sala de aula*, de Daniela Santa Inês Cunha e Andreia Maria Pereira de Oliveira, discute como os licenciandos em estágio supervisionado transformam tarefas matemáticas na prática escolar, evidenciando que o modo como exploram e desenvolvem essas tarefas pode ampliar a participação dos estudantes e favorecer aprendizagens, destacando o manejo da tarefa como parte importante da formação docente.

O décimo quinto artigo da sessão, *Acessibilidade educacional na Educação Matemática sob princípios do Desenho Universal da Aprendizagem*”, de Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamlourengo e Renata Cristina Geromel Meneghetti, apresenta resultados de uma ação formativa na formação inicial de professores, orientada por pressupostos da educação especial, bilíngue e pelos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, que buscou elaborar

propostas curriculares de aula acessíveis considerando estudantes com deficiência e condições neurodivergentes, destacando a relevância da cultura de colaboração entre docentes e especialistas.

Para fechar este conjunto de discussões, o décimo sexto artigo *O ato de planejar a Matemática escolar através do Desenho Universal para Aprendizagem: episódio formativo na formação inicial do professor*, de Rodiney Marcelo Braga dos Santos e Tatiana Cristina Vasconcelos, discute um episódio formativo implementado na formação inicial de professores de Matemática, orientado pelo Desenho Universal para a Aprendizagem, evidenciando seu potencial para promover planejamento do ensino matemático escolar acessível, flexível e autoral, articulado às competências da Base Nacional Comum Curricular.

Ao explicitar essa organização, esta edição reafirma a Educação Matemática como campo que produz teoria, crítica e proposição sobre currículos — e que compreende o currículo como dispositivo vivo, situado e politicamente implicado.

Por fim, agradecemos à Educação Matemática Pesquisa (EMP), revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da PUC-SP, pela oportunidade de divulgar os estudos e pesquisas em Currículos e Educação Matemática de pesquisadores vinculados ao GT03 da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), assim como àqueles que investigam e problematizam teorias e políticas de currículo no campo da Educação Matemática. Agradecemos, ainda, às avaliadoras e aos avaliadores *ad hoc* que realizaram, de forma rigorosa, cuidadosa e comprometida, a leitura e emissão de pareceres dos artigos submetidos a esta edição temática, contribuindo de modo decisivo para a qualidade acadêmica deste volume.

Que esta edição possa fortalecer o debate curricular em nossa área, provocar novas investigações e fomentar desestabilizações teórico-metodológicas necessárias. Desejamos que os artigos aqui reunidos inspirem leituras situadas, críticas e implicadas — e ampliem modos de pensar o currículo de Matemática como campo de produção de conhecimento e como prática social. Desejamos uma excelente leitura.

Dedicatória

Dedicamos esta edição temática à memória do Professor Doutor Marcio Antonio da Silva, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, falecido neste ano. Sua partida constituiu profunda perda para o campo da Educação Matemática e para a comunidade de pesquisadores do GT03 da SBEM. O professor Marcio contribuiu de modo singular e consistente para a consolidação das discussões curriculares em Educação Matemática no Brasil e para a formação de pesquisadores que seguem produzindo e ampliando este debate. Sua obra permanece como

referência ética, política e epistemológica para pensar currículo como disputa de sentidos e como espaço de enfrentamento de injustiças.

Referências

- Moreira, A. F., & Tadeu, T. (2013). *Currículo, cultura e sociedade*. (12ª ed.). Cortez.
- Apple, M. W. (2006). *Ideologia e currículo*. (3ª ed.). Artmed.
- Sacristán, J. G. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. (3ª ed.). Artmed.
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2011). *Teorias de currículo*. Cortez.